

POVO LIVRE

SER AUTARCA É O “MELHOR QUE A POLÍTICA TEM”

Luís Montenegro, que falava no encerramento da VI Academia do Poder Local, na Foz do Arelho, Caldas da Rainha, no domingo, elogia o trabalho dos autarcas dos social-democratas e enaltece o exercício de responsabilidades políticas no poder local

10 PRESIDENTE

3000 MILITANTES NA TOMADA DE POSSE DA DISTRITAL DO PSD DO PORTO

O Presidente do Partido Social Democrata, Luís Montenegro, esteve na tomada de posse dos órgãos distritais do PSD do Porto no pavilhão da Agrival, em Penafiel

20 LOCAIS

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA NÃO TEM “CREDIBILIDADE”

A vereadora do PSD, que integra a bancada da coligação “O Concelho em Primeiro”, Liliana Silva, acusou Rui Lajes de ter sujeitado autarquia “à maior vergonha de que há memória”

26 REGIONAIS

AÇORES COM 3,7 MILHÕES DE EUROS PARA REDUÇÃO DE LISTA DE ESPERA CIRÚRGICA

O secretário regional da Saúde dos Açores comprometeu-se a “reduzir as listas e tempos de espera”, destacando a dotação prevista para o programa Cirurge

O PPD VOLTOU

Eu também acredito no Distrito do Porto, no PSD e em Portugal

EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre



Esta semana, tive a honra e o privilégio de assistir à tomada de posse dos órgãos distritais do PSD do Porto.

Quem me conhece sabe que sempre tive uma participação ativa neste tipo de iniciativas, pelo que não seria sequer motivo de qualquer saudação peculiar. Mas, efetivamente, este evento foi diferente e especial.

Tratou-se mais do que um simbólico ato de posse de uma estrutura do Partido: a organização pretendeu, e concretizou, um grande evento, como há muito não se via, não só pelas mais de 3000 pessoas presentes, mas, essencialmente, pelos reencontros e pelas emoções que se partilharam.

Pudemos ver sorrisos, abraços, felicidade, entusiasmo e, sobretudo, uma grande crença no futuro, num futuro para o PSD e, mais importante, um futuro para Portugal. O próprio slogan escolhido, "EU ACREDITO NO DISTRITO DO PORTO", deu o mote a todo este reencontro de emoções, plasmando no rosto dos presentes essa forte confiança e extrapolando-a para todo o partido e para o país.

Em Penafiel respirou-se o princípio interclassista, representativo de toda a população portuguesa, numa clara simbiose de grupos e estratos da nossa sociedade, num forte coletivo que vive de forma apaixonada esta maneira de fazer política tão nossa e oriunda dos tempos da fundação do PPD, recordando, como no princípio, que somos um partido personalista para o qual o início e o fim da política reside sempre na pessoa humana.

O presidente do PSD, Luís Montenegro, manifestou-se visivelmente emocionado com a extraordinária e plural adesão, principalmente dos jovens, que transmitem uma sensação de clara esperança no futuro. Essa alegria coletiva foi patente nas suas palavras iniciais: "Parece mentira, mas nós não estamos em campanha eleitoral. Há muitos que nem nessa altura con-

seguiriam juntar tanta gente, tanta energia, tanta força, tanta garra, tanta solidariedade, tanta coesão, para dizer a Portugal que o PSD está vivo e que contem com o PSD para nos próximos anos voltar a governar Portugal", seguindo depois com o habitual brilhantismo de quem tem uma clara ideia para Portugal, ao contrário da atual maioria que nos governa.

Também o presidente da distrital, Sérgio Humberto, na sua excelente intervenção, destacou que um dos grandes objetivos do mandato é conquistar mais câmaras, mais freguesias e mais mandatos municipais, para além da recuperação dos militantes perdidos ao longo dos últimos 4 anos.

Caminhamos, sem dúvida, rumo a um futuro de esperança e de superação coletiva, que nos trará um futuro de confiança e de maior aproximação junto das vontades e anseios das nossas populações.

Os erros de gestão do Partido Socialista tornam-se evidentes de dia para dia, os casos envolvendo membros do governo também já não são novidade para ninguém e parece que já vivemos um fim de ciclo político, apesar de este governo ainda não ter um ano de funções. Mas para quem vê a vida pública de uma forma honesta, este estado de coisas não pode ser visto com contentamento.

Acima de qualquer luta partidária deverá estar o superior interesse do País, e é por isso que, todos os dias, trabalhamos no PSD para estarmos preparados e capacitados para dar a Portugal as respostas de que o país necessita.

Foi tudo isto que este evento demonstrou: um partido, forte, unido em torno do seu líder, com um discurso voltado para as pessoas e para os reais problemas do país. Temos, pois, fortes motivos para poder ACREDITAR, não só no Distrito do Porto, mas também do PSD e sobretudo em Portugal.

PPE DEVE EXIGIR O COMPROMISSO DAS INTERCONEXÕES ENERGÉTICAS

Luís Montenegro reafirma a importância das interconexões energéticas para a Europa.

Na intervenção de abertura na Assembleia Política do Partido Popular Europeu (PPE), que decorreu quinta sexta-feira, em Lisboa, o Presidente do PSD apelou aos delegados do PPE que “não deixem de exigir o compromisso da execução das interconexões energéticas entre a Península Ibérica e a França”.

O líder do PSD considera que “este projeto é estratégico para a Europa”. “Os governos socialistas de Portugal e Espanha juntaram-se ao Presidente francês Macron para uma operação de pura cosmética política. A Europa não precisa de mais fotografias, cimeiras, música para os nossos ouvidos. Nós não precisamos de mais palavras, mas sim de ação. Precisamos que os Estados-membros envolvidos cumpram o que já está escrito desde 2014, assinado desde 2015”, afirmou.





O Presidente do PSD falou sobre os “três problemas” do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): a execução do programa, “que está muito atrasado, é baixíssima”; “está direcionado para a parte pública”, em vez de estar focado “no investimento privado”; “a deficiente articulação entre fundos de recuperação económica, outros instrumentos”, como o Portugal 2030.

Luís Montenegro disse ainda que o PSD vai “dar ao PPE nas próximas legislativas um novo Primeiro-Ministro na Europa”, ao mesmo tempo assegurou que a matriz do PSD é “as pessoas”, que “estão a sofrer na pele os efeitos de uma inflação inesperada”, e o PPE tem de estar na linha da frente “na procura de soluções comuns e solidárias para as famílias e as empresas”.

A Assembleia Política do PPE conta com a presença do Presidente do PPE, Manfred Weber, líder do PP Espanhol, Alberto Núñez Feijóo, Primeiro-Ministro da Eslováquia, Eduard Heger, ministro do Ambiente e da Energia da Grécia, Kostas Skekas, líder parlamentar do PSD, Joaquim Miranda Sarmento, o eurodeputado e tesoureiro do PPE, Paulo Rangel, e do autarca de Lisboa, Carlos Moedas.

Na quinta-feira, o líder do PSD recebeu o homólogo do PP Espanhol, Alberto Núñez Feijóo, na sede nacional, em Lisboa. Um encontro para estreitar laços e trocar experiências sobre assuntos convergentes para os dois estados da Península Ibérica.





O PSD vai dar ao PPE nas próximas legislativas um novo Primeiro-Ministro na Europa



LUÍS MONTENEGRO NA VI ACADEMIA DO PODER LOCAL

SER AUTARCA É O “MELHOR QU

O Presidente do PSD esteve no en

”

**O Governo e o
Primeiro-Ministro têm
uma característica:
a palavra dada não é
uma palavra honrada**

Luís Montenegro



“E A POLÍTICA TEM”

Encerramento da VI Academia do Poder Local



Luís Montenegro elogia o trabalho dos autarcas dos social-democratas e enaltece o exercício de responsabilidades políticas no poder local. “Não há outro cargo que permita uma forma tão direta de podermos ter esta relação com as pessoas. Isso francamente é o melhor que a política tem, de falarmos com as pessoas, de podermos colocar no papel em que elas estão, podermos compreender as suas ambições, desejos, necessidades, inquietações, frustrações e alegrias. Isso é a maior realização que há na política, o poder autárquico consegue isso de uma forma absolutamente única”, afirmou.

O Presidente do PSD, que falava no encerramento da VI Academia do Poder Local, na Foz do Arelho, Caldas da Rainha, no domingo, 20 de novembro, recorda a experiência de duas décadas, entre 1993 e 2013, quando exerceu funções autárquicas. “Guardo uma grande escola de aprendizagem, daquilo que são as potencialidades de um decisor se colocar na pele do cidadão, de poder dialogar com a comunidade, as instituições, as famílias, as empresas, com cada pessoa em concreto”, evocou.

Luís Montenegro sublinha que o PSD é o partido que “melhor expressa o sentir e o viver do povo português” e continuará a trabalhar, todos os dias, “para recuperar, em

2025, a liderança da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias". "Nós queremos governar Portugal não só porque os outros fazem asneiras, mas sobretudo porque temos muito a dar à vida das pessoas. (...) Quero que nos assumamos todos por aquilo que somos capazes de fazer, para darmos mais qualidade de vida às populações", declarou.

O líder do PSD critica o desrespeito do Governo nos compromissos assumidos com os autarcas, como

acontece "com o acordo de descentralização", porque "o acordo que o Governo assinou com os autarcas equivale aquilo que o Governo faz com o Orçamento do Estado: papel, 'PowerPoint' e execução zero".

Para Luís Montenegro, o "Governo e este Primeiro-Ministro têm uma característica: a palavra dada não é uma palavra honrada", insistindo que o Executivo fez "um simulacro de descentralização, porque lá no íntimo não quer partilhar as competências com os municípios nem com as comunidades intermuni-

pais". "Por que carga de água vamos acreditar que desta vez é que vai ser [cumprido o orçamento], quando o Governo de António Costa é o mesmo, com ministros que são os mesmos, ou piores", questionou.

O Presidente do PSD considera ainda "imoral" que o Governo não respeite as autarquias locais "em coisas que são essenciais como [o pagamento] das despesas com a pandemia" de covid-19.



Quero enaltecer o profundo respeito que o PSD tem pelos autarcas



Academia do Poder Local realizou-se depois da interrupção durante a pandemia

Depois de uma interrupção forçada durante três anos, devido à pandemia da covid-19, os Autarcas Social Democratas (ASD), em colaboração com o Partido Social Democrata (PSD), retomaram a formação de excelência que tem os autarcas como principais destinatários, uma vez que o atual mandato autárquico decorre até 2025. A Academia do Poder Local 2022 realizou-se nos dias 18, 19 e 20 de novembro, no Hotel Inatel Foz do Arelho, no concelho das Caldas da Rainha.

Na sessão de abertura, o Secretário-geral do PSD, Hugo Soares, sublinhou que “o trabalho dos ASD é um exemplo do dinamismo que as estruturas autónomas têm introduzido no Partido”. Cumprimentou todos os participantes na Academia, que representam mais de 13 mil autarcas espalhados por Portugal Continental e pelas Ilhas, que são o braço-armado do PSD no terreno. “Ser autarca não é ter cadastro, é ter currículo. Por isso, quero enaltecer o profundo respeito que o PSD tem pelos autarcas e quero deixar uma palavra de estímulo: queremos

ser o Partido com mais representatividade no Poder Local”.

O Presidente dos ASD, Hélder Sousa Silva, registou o elevado interesse suscitado por esta Academia, com lotação esgotada, pelo que anunciou que está programada uma nova edição da iniciativa. “O edifício da social-democracia constrói-se a partir da base, que são os autarcas”, sublinhou.

A primeira sessão-conferência foi protagonizada por António Leitão Amaro, vice-Presidente da Comissão Política Nacional do PSD e docente de Finanças Públicas, sobre o tema “Orçamento do Estado - O que esperar?”. Declarou que, no geral, “o Orçamento de Estado é mau”, com maior carga fiscal e piores serviços públicos, num momento especialmente difícil para os portugueses, caracterizado pelo aumento do custo de vida. Acrescentou que o Orçamento tem uma ideia vaga de descentralização, com pouco dinheiro, e que, quanto à coesão territorial, também é muito fraco, “com um esquecimento gritante dos territórios

de fraca densidade”.

O programa integrou, como habitualmente, sessões técnicas em sala de aula e sessões conferência, orientadas por personalidades de reconhecidos créditos nas temáticas respetivas. As sessões conferência foram asseguradas por Álvaro Beleza, Luís Marques Mendes e António Leitão Amaro. Nas sessões em sala de aula, os formadores Pedro Lomba, João Paulo Zbyszewski, Luís Correia, Cal Gonçalves, Hugo Flores da Silva, Noel Gomes, Marco Caldeira, José Frazão, Marco Claudino, Arnaldo Costeira e Vítor Carneiro abordaram assuntos que vão desde o regime do exercício e estatuto autárquico, à comunicação e redes sociais, passando por atribuições e competências, finanças locais, contratos públicos e Tribunal de Contas, setor empresarial local e multimunicipal. Houve ainda espaço para casos práticos e uma mesa-redonda onde autarcas de freguesia e de município partilharam as suas experiências nos diversos órgãos autárquicos.



3000 MILITANTES NA TOMADA DE POSSE DA DISTRITAL DO PSD DO PORTO

O Primeiro-Ministro e o
Governo “andam nervosos”

No sábado, 19 de novembro de 2022, no Pavilhão de Feiras e Exposições de Penafiel, em Penafiel, realizou-se a tomada de posse dos órgãos distritais do PSD/Porto. Foi perante uma casa cheia, com mais de 3000 militantes e simpatizantes do Partido, que o Presidente do Partido Social Democrata, Luís Montenegro, apadrinhou esta iniciativa.

“Infelizmente já não tínhamos espaço para mais. Todos os lugares tinham já esgotado há alguns dias. Foram muitos os militantes e simpatizantes que não puderam conviver neste convívio do partido. Mas não tivemos quaisquer hipóteses de colocar mais gente neste Pavilhão de Penafiel. Mesmo assim, e apesar da chuva que copiosamente caía na noite do jantar, apareceu muita gente na esperança de existir alguma desistência, e assim poder participar nesta iniciativa da Distrital do Porto”, explicou Francisco Covelinhas Lopes, secretário-geral da





Aquilo que os portugueses não perdoam é um Governo onde reina a confusão, a descoordenação

Distrital do PSD do Porto, e um dos responsáveis pela logística deste jantar social-democrata.

Depois de ter começado o discurso a dizer que “cada vez mais” o PS, o Primeiro-Ministro e o Governo “andam nervosos”, tendo “razões para isso”, porque o PSD “está mais forte”, Luís Montenegro atribuiu o nervosismo socialista às falhas cometidas.

O líder do PSD respondeu ainda às declarações de António Costa, que acusou os adversários políticos de não perdoarem a maioria absoluta dos socialistas, avisando que “tudo farão para comprometer essa estabilidade”. “Aquilo que os portugueses não perdoam é um Governo onde reina a confusão, a descoordenação”, disse, deixando uma promessa, mas lembrando que não está nenhuma campanha eleitoral a decorrer.

“Nós respeitamos o mandato e vamos fazer tudo para sermos nós a merecer essa confiança, para fazer

muito mais e muito melhor do que o Partido Socialista”, avisou o Presidente do PSD.

Sobre a revisão constitucional, o líder social-democrata recordou que já questionou o Primeiro-Ministro e o PS sobre “se querem ou não querem estudar uma forma de introduzir em Portugal o voto eletrónico, e se estão de acordo, ou não, em criar um conselho da coesão territorial e intergeracional”. Disse ainda que pretende saber se o PS, e o seu líder António Costa, pretende, ou não, continuar com o regime de nomeação do procurador-geral da República, do presidente do Tribunal de Contas, do governador do Banco de Portugal, dando-lhes assim mais independência, em vez de estarem dependentes de “proposta do Governo”.

Numa noite repleta de emoção, alegria e espírito de união, o Distrito do Porto mostrou ao País que está com Luís Montenegro e com Sérgio Humberto, Presidente da Comissão



Política Distrital, nesta caminhada, rumo a um futuro de esperança e de superação.

Sérgio Humberto aponta baterias às eleições autárquicas

Além da fortíssima mobilização conseguida, a Distrital do Porto também inovou na forma de dar a conhecer a sua nova equipa distrital.

Ao contrário do que é habitual, foram chamados a palco três representantes de cada uma das estruturas presentes na assembleia Distrital, aumentando assim a proximidade às bases e reforçando a importância de todas as estruturas do partido.

Seguidamente foram chamados ao palco, que mais parecia o cenário de encerramento de um congresso nacional os restantes órgãos, nomeadamente a Comissão Distrital de Auditoria Financeira, liderada por Telmo Viana, o Conselho de Juris-

dição Distrital, presidido por Pedro Neves de Sousa e a Mesa da Assembleia Distrital que continuará a ser dirigida pelo Vice-presidente do Partido, Paulo Rangel.

Finalmente, foi chamada a Comissão Política Distrital, tendo, naturalmente o último dos empossados da noite a subir ao palco o Líder desta

tamente esgotado de militantes e simpatizantes do PPD/PSD nesta cerimónia de tomada de posse dos diversos órgãos distritais do nosso partido. Um cenário que há muito tempo não se via nos nossos eventos. Por isso cumprimento e saúdo os milhares aqui presentes apesar do mau tempo que se fez sentir”.

a palavra “dada e não honrada”, não pode ser tudo centralizado em Lisboa, mas sim distribuído pelas várias regiões. É necessária uma voz para defender isso, “e essa voz vai surgir do Norte para que Portugal seja um país uniforme, único e que possibilite a todos os portugueses as mesmas possibilidades”.

Questionou ainda se estamos “melhor ou pior” do que há sete anos? A resposta foi em uníssimo unísono: pior. Então Sérgio Humberto culpou António Costa por tudo o que os portugueses estão a passar. “Quando achávamos que tínhamos conhecido o pior primeiro-ministro de Portugal ainda veio um pior. O José Sócrates à beira do António Costa é um menino, porque este nem ideias tem”, observou.

É, pois, urgente libertar o país de uma má governação socialista, que caminha sem rumo e sem noção, citando Mário Vargas Losa dizendo que “a todos os socialistas desejo: a abundância da Venezuela, o salário de Cuba, a justiça da China e a liberdade da Coreia do Norte”.

“Eu acredito no Distrito do Porto”

Sérgio Humberto

equipa, Sérgio Humberto. E foi neste cenário magnífico, de milhares de militantes presentes e escudado pela sua equipa que lhe enchia o cenário, por baixo do slogan “Eu acredito no Distrito do Porto” que se dirigiu à multidão.

“Estou feliz. Estou muito contente por ver este pavilhão comple-

Foram estas as primeiras palavras de Sérgio Humberto, líder da Distrital do PPD/PSD do Porto.

Sérgio Humberto recordou ainda alguns exemplos de como a má governação Socialista tem prejudicado o Porto e o Norte, começando pela TAP que “não serve nem o Porto nem o Norte”, o Infarmed, onde



Aumentar a militância no Distrito

Pedro Cepeda, Presidente do PSD de Penafiel, na sua intervenção de boas vindas utilizou o exemplo do seu concelho, onde o Partido lidera a Câmara Municipal desde 2001, para aquilo que deve ser o rumo a seguir, deixando 3 lições: “Não existem vitórias impossíveis; os projetos autárquicos quando se sabem renovar não terminam, têm continuidade; e que só ganhamos a confiança dos eleitores se mostrarmos que queremos fazer a diferença na sua vida e encontrar soluções para os problemas e não apenas que queremos o poder pelo poder”. É esta a forma de estar do PSD e dos seus autarcas, e é assim que se conquista a sociedade civil.

Aliás, esse trabalho de afirmação do partido teve já o seu primeiro capítulo na noite da tomada de posse, conforme afirmou o Presidente do PSD de Penafiel “Aqui está, uma prenda para o nosso partido. São mais 254 novos militantes que se inscreveram recentemente na nossa concelhia”, numa clara demonstração de afirmação do Partido no território.

A voz do Norte será ouvida em Lisboa junto do poder

Antonino de Sousa, presidente da Câmara de Penafiel, e vice-Presidente da Distrital do PSD do Porto começou por elogiar os dirigentes concelhios pela conquista de novos militantes anunciados por Pedro Cepeda, presidente da concelhia penafidense.

“As pessoas olham agora para o PSD de forma diferente porque o novo líder, Luís Montenegro, está a devolver a esperança aos portugueses”, referiu Antonino de Sousa, adiantando ainda que “num tempo em que a militância tem sido maltratada e os dirigentes partidários têm sido desconsiderados, é gratificante ver pessoas a quererem participar ativamente na vida do partido”.



Durante a sua intervenção, sempre muito aplaudida pelos participantes neste grandioso jantar, afirmou que “não é possível democracia sem partidos, nem partidos sem militantes”, reforçou Antonino de Sousa.

A finalizar, o Presidente da Câmara Municipal de Penafiel recordou que o distrito do Porto tem “uma tradição de ter uma liderança muito forte na distrital social-democrata, uma voz respeitada nos corredores do poder que se faz ouvir” e disse acreditar que “Sérgio Humberto tem as qualidades e talento para ser a voz do Norte que se vai fazer ouvir em Lisboa junto do poder”.



As pessoas olham agora para o PSD de forma diferente porque Luís Montenegro está a devolver a esperança aos portugueses

Antonino de Sousa

HUGO SOARES NO BARREIRO

NÃO NOS RESIGNAMOS A TER UM PORTUGAL POBRE

Temos, sinceramente, um Governo que parece em fim de ciclo

Hugo Soares critica o fracasso dos governos socialistas que agravaram o empobrecimento de Portugal nos últimos sete anos. “Temos, sinceramente, um Governo que parece em fim de ciclo. São tantas as asneiras, as más opções, os casos... Já vi governos caírem por muito menos do que [aquilo] que aconteceu com este Governo em apenas sete meses. Um Governo que se degrada todos os dias”, afirmou.

O Secretário-geral do PSD, que participava no 10.º aniversário da inauguração da sede do PSD do Barreiro, na segunda-feira, 21 de novembro, defende que é hora de devolver ambição aos portugueses. E caberá, uma vez mais, ao PSD liderar esse projeto político de renovação e de esperança. “Temos um PSD rejuvenescido, com energia, próximo, com uma visão de futuro, com uma ambição para o País”, sublinhou.

Hugo Soares lamenta a desistência dos executivos de António Costa. Pelo contrário, no PSD, “não resignamos a ter um Portugal pobre, sem ambição, onde a classe média está cada vez mais desfavorecida e onde ninguém acredita que possa ascender no elevador social”.

Reconhecendo que “é difícil” fazer oposição no Barreiro e em todo o distrito de Setúbal, o Secretário-geral do PSD acredita que, “com o exemplo da militância” e com trabalho persistente, será possível “fechar o ciclo autárquico com uma vitória eleitoral neste distrito” em 2025.

No início da sessão, Hugo Soares agradeceu e saudou a presença do antigo Secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, “num sinal de respeito que o Partido tem pela história”.





”

**Vamos
“fechar o ciclo
autárquico
com uma
vitória
eleitoral” no
distrito de
Setúbal em
2025**

Hugo Soares



PSD LANÇA AS BASES PARA AFIRMAR-SE “COMO O GRANDE PARTIDO DAS COMUNIDADES”

Nos dias 18, 19 e 20 de novembro de 2022, realizaram-se diversas reuniões e eleições para as Secções do PSD em Saint-Étienne, Genebra, Estrasburgo e Luxemburgo.

Foram eleitos novos órgãos locais, tendo assim terminado um período de profunda desorganização que durava há vários anos nestas estruturas do Partido.

A partir de agora estão lançadas as bases para a reafirmação do PSD como o grande Partido das Comunidades Portuguesas no estrangeiro.

A presença do Presidente do CSV, o Partido irmão do PSD no Partido Popular Europeu (PPE), e da sua esposa, a deputada europeia Isabel Wiseler, também portuguesa, foi um momento muito especial, que adivinha um trabalho especialmente produtivo no Luxemburgo.

Foi também evidente a presença de alguns jovens e novos militantes, que dão também boas perspectivas para os resultados nestas Secções.





A presença de jovens e de novos militantes dá boas perspectivas eleitorais nas comunidades portuguesas



GOVERNO E METRO DO PORTO DEVEM TOMAR MEDIDAS PARA ATENUAR CONSTRANGIMENTOS DA EXPANSÃO DA REDE DE TRANSPORTE



Os portuenses e todos os que cá trabalham, estudam e visitam sentem os impactos negativos das obras

Na sequência das notícias divulgadas nos últimos dias e da reunião de 16 de novembro da Assembleia Municipal com a administração da Metro, o PSD do Porto manifesta “incompreensão pela forma como o Governo e a Metro do Porto impuseram a construção da nova ponte, a localização e a inserção na malha urbana da cidade sem ouvir o Porto e os seus representantes, e sem terem sido estudadas outras soluções”.

Por outro lado, a Comissão Política de Secção do Porto liderada por Alberto Machado diz-se preocupada com os impactos que as futuras obras da Linha Ruby (nova ponte/estação no Campo Alegre ligação à estação da Casa da Música) e da obra para instalação da linha BRT na Avenida da Boavista (Boavista/(Praça do Império)/Castelo do Queijo vão ter na cidade.

Outra situação prende-se com os atrasos da obra na linha rosa (estações Casa da Música/Galiza/Hospital Sto. António/Aliados) que, em muitas zonas, já leva mais de meio ano de atraso e cujo atraso implicará coincidência temporal com as obras já referidas.

O PSD do Porto critica a forma como “a Metro do Porto tem gerido a comunicação da obra na linha rosa, em particular com o Município do Porto e demais entidades com responsabilidade na mobilidade e transportes”.

“Torna-se, absolutamente, imperioso que o Governo e a Metro do Porto tomem medidas mitigadoras dos constrangimentos que já se sentem nas obras da linha rosa e que serão ampliados quando se iniciarem as obras da linha Ruby e da linha BRT da Boavista, com danos evidentes na qualidade de vida dos



Portuenses. Obras públicas desta dimensão e desta importância têm de ter em atenção as dinâmicas de mobilidade pré-existentes, sobretudo no Porto, pela sua malha urbana, pela sua rede viária e pela carga a que essa rede viária é sujeita diariamente. O que está aqui em causa são alterações significativas na mobilidade, por um horizonte temporal de cerca de três anos, com impactos negativos sobre os Portuenses e todos os que cá trabalham, estudam e visitam, que vêm prejudicado o seu dia-a-dia pela dificuldade que estes constrangimentos causam na circulação viária no Porto”, sublinha o PSD do Porto.

Nesse sentido, “o PSD do Porto exige ao Governo e à Metro do Porto medidas para aliviar a pressão que estas obras têm na cidade, com claros prejuízos na qualidade de vida dos Portuenses, entre as

quais destacamos a possibilidade de serem introduzidas alterações nas portagens das autoestradas que circundam a cidade do Porto, que reduzam os fluxos de atravessamento do Porto; a melhoria na comunicação e na sinalização das obras em curso, que reforcem a informação junto dos cidadãos; e em articulação com o Município do Porto, a implementação de percursos alternativos dentro da cidade para reduzir os congestionamentos nas zonas de obra”.



PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA NÃO TEM “CREDIBILIDADE”

O PSD de Caminha pediu, dia 17, a demissão do presidente da Câmara por falta de “credibilidade política” para continuar em funções.

A vereadora social-democrata que integra a bancada da coligação “O Concelho em Primeiro” no executivo municipal, Liliana Silva, acusou Rui Lajes de ter sujeitado Caminha “à maior vergonha de que há memória”.

“Claramente não tem condições [para exercer funções de presidente da Câmara]. Ele [Rui Lajes] fez com que o concelho de Caminha passasse a maior vergonha de que há memória. Ainda no dia 02 de novembro dizia na reunião de câmara que o negócio era para manter, que o contrato estava bem, que só ia ser alterado e que depois o iria levar a reunião de câmara. Afinal, hoje, por cobardia política, com medo de enfrentar a Assembleia Municipal que nós convocamos ontem [quarta-feira, em reunião camarária], vem dizer que, afinal, vai levar à assembleia a revogação do contrato”, afirmou Liliana Silva.

No dia 16, a Câmara de Caminha aprovou, por unanimidade, a resolução do contrato para construção do pavilhão multiúso que o ex-secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro Miguel Alves celebrou enquanto presidente da autarquia, alegando incumprimento do promotor.

A vereadora no executivo municipal realçou que Rui Lajes esteve “sempre ao lado do promotor, do anterior presidente da Câmara [Miguel Alves] e, nunca ao lado do concelho de Caminha”.



“Por estes motivos, por ter feito e provocado esta vergonha toda ao nosso concelho e por nos terem feito perder, desta forma, por má gestão, 300 mil euros, que nem sequer sabemos se os vamos reaver (...) acho que ele [Rui Lajes] não tem qualquer condição política para se manter à frente dos destinos do concelho de Caminha”, frisou.

O ex-secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro, Miguel Alves, está

a ser investigado pelo Ministério Público (MP) por ter celebrado aquele contrato quando era presidente da Câmara de Caminha.

“Como é que perante um escândalo destes - a um secretário de Estado é exigida a demissão imediata por não ter condições para se manter no cargo - como é que este presidente da Câmara, que aprovou isto há dois anos, que se manteve sempre ao lado do promotor e do Miguel Alves,

inclusive aqui há 15 dias, continua a achar que tem condições para estar à frente de um concelho como o de Caminha, depois da vergonha toda por que passamos?”, questionou.

Em causa está um valor de 369 mil euros, 69 mil euros de IVA e, os 300 mil euros da renda.



CÂMARA DE ARRONCHES COM ORÇAMENTO DE 7,4 MILHÕES DE EUROS PARA 2023

O orçamento para 2023 da Câmara de Arronches, no distrito de Portalegre, é de 7,4 milhões de euros, menos 400 mil euros face ao deste ano, anunciou o Presidente do município, João Crespo.

“É o orçamento possível tendo em conta também os fundos para a descentralização [de competências]. As coisas estão um bocadinho aquém daquilo que são as necessidades, nomeadamente na parte da Educação”, argumentou.

Para o autarca, a cumprir o primeiro mandato eleito pelo PSD, o aumento do custo de vida e dos produtos relacionados com a alimentação dos alunos subiram “mais de 20%”, situação que está a provocar “algumas dificuldades” ao município, no sentido de cobrir as despesas com as verbas que são transferidas pelo Estado.

“De qualquer das formas, nada faltará e nós estamos agora a tentar negociar com o Governo, no sentido desses valores serem ajustados, também ao nível do pessoal não docente, porque admitimos mais cinco funcionários e ainda não estão contemplados” na descentralização de competências, acrescentou.

O orçamento da Câmara de Arronches, aprovado por maioria, no final de outubro, em reunião do executivo municipal, com os votos a favor dos três eleitos do PSD e duas abstenções dos vereadores da oposição PS.

Em 2023, a Câmara de Arronches espera concluir a obra de reabilitação do Convento de Nossa Senhora da Luz, num investimento de “1,3 milhões de euros”.

João Crespo explicou que, no próximo ano, a Estratégia Local de Habitação vai conhecer em Arronches “um novo episódio”, estando a mesma aprovada com um orçamento que ronda os 2,5 milhões de euros.

“Vamos iniciar o próximo ano com a reabilitação das 79 habitações sociais do município, de forma faseada. Vamos remodelar as redes de água e esgotos, remodelação de cozinhas e casas de banho, que estão muito deterioradas, a substituição de tudo o que é caixilharia e ainda a colocação de painéis solares para aquecimento da água”, explicou.

Ainda no âmbito desta estratégia, está “previsto” construir cinco habitações para habitação social e ainda a reabilitação de cinco casas no centro histórico daquela vila alentejana, para renda acessível.

O autarca explicou ainda que a Estratégia Local de Habitação, no seu todo, conta com um investimento na ordem dos “três milhões de euros” e que a mesma engloba tam-

bém intervenções efetuadas por particulares e por instituições particulares de solidariedade social.

Em 2023, vai também avançar a construção de um novo parque de máquinas e oficinas municipais, num investimento que poderá atingir os três milhões de euros.

Na freguesia rural de Esperança vai ser criada uma zona verde junto à piscina municipal, um percurso pedonal ciclável na freguesia rural de Mosteiros, bem como ser construída uma piscina municipal descoberta nesta freguesia, contando estes três projetos com um investimento de “cerca de 1,5 milhões de euros”.

A câmara espera ainda, entre outras obras, reabilitar o jardim do Rossio naquela vila alentejana, num investimento de 400 mil euros.

Ao nível dos impostos municipais, a câmara decidiu manter em 0,30% a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), ou seja, o mínimo legal, e devolver 5% da taxa de participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

O orçamento ainda vai ter de ser apreciado e votado em dezembro, em reunião de assembleia municipal.

VEREADORES DO PSD PEDEM AUDITORIA À CONTRATAÇÃO PÚBLICA NA CÂMARA DE LOULÉ

Os vereadores do PSD eleitos pela coligação “Mais e Melhor pela Nossa Terra” para a Câmara de Loulé, no Algarve, propuseram uma auditoria externa à gestão autárquica para apurar alegadas desconformidades nos procedimentos de contratação pública.

Em comunicado, os vereadores justificam que a proposta “surge na sequência de notícias divulgadas em vários órgãos de comunicação social, que colocam em causa o bom nome do concelho, a governação autárquica e os critérios de legalidade inerentes à gestão de dinheiros públicos”.

A proposta dos social-democratas Rui Cristina e Cláudio Lima, eleitos pela coligação partidária formada pelo PSD, CDS-PP, MPT e PPM, foi apresentada, dia 14 de novembro, em reunião do executivo de maioria socialista liderado por Vítor Aleixo.

Os dois eleitos destacam “como positivo” o facto de a proposta ter merecido o voto favorável do executivo de maioria socialista, inclusivamente do Presidente do município.

De acordo com o vereador social-democrata e também deputado na

Assembleia da República, Rui Cristina, citado na nota, “é de grande importância agir rapidamente para que as notícias sejam esclarecidas e os factos apurados”.

“Pretendemos que se afastem quaisquer dúvidas sobre os critérios utilizados na Câmara de Loulé nos procedimentos de contratação pública”, sublinha.

Rui Cristina defende que “tudo o que for apurado pela auditoria externa deverá ser comunicado às instâncias próprias”, pois o objetivo “é a transparência na gestão autárquica e o esclarecimento cabal a que todos os municípios têm direito”.

Por seu turno, o vereador e também presidente do PSD de Loulé, Cláudio Lima, citado igualmente na nota, “as alegadas irregularidades denunciadas são graves e colocam em causa os princípios de boa gestão de di-

nheros públicos”.

“Desde o início deste mandato aumentaram as denúncias que nos são enviadas por cidadãos e empresários, por indícios de alegadas práticas irregulares ao nível da contratação pública de bens e serviços pela Câmara de Loulé”, avança.

Cláudio Lima adianta que em abril passado, e face às denúncias, os eleitos pelo PSD levaram à Assembleia Municipal uma proposta, aprovada por maioria, para a criação do gabinete de transparência e combate à corrupção, com a intenção de retirar a “nuvem negra” que paira sobre a autarquia.

O Presidente do PSD de Loulé convocou já uma reunião de emergência da Comissão Política daquela estrutura para avaliar este assunto e as suas consequências políticas, conclui o comunicado social-democrata.





PSD/VILA REAL QUER DEVOLVER UM MILHÃO DE EUROS ÀS FAMÍLIAS

O PSD de Vila Real apresentou propostas fiscais que devolveriam “um milhão de euros” aos cidadãos, chumbadas em reunião de câmara, e acusou o executivo liderado pelo PS de apresentar “medidas falaciosas” e manter a carga fiscal.

“O executivo não dá mais do que aquilo que estava estipulado nos pacotes fiscais anteriores e, portanto, despreza a excecionalidade dos tempos que vivemos, ou seja, a inflação e a subida dos preços que têm condicionado os orçamentos familiares”, afirmou, em conferência de imprensa, o vereador da oposição PSD, Luís Tão.

Para o social-democrata, existe uma “falta de coragem e de visão” do executivo que, mais uma vez, optou por ignorar as necessidades vigentes, que se “encapota numa manobra ilusionista” e tenta “vender a ideia de estar a abdicar de muito em favor das famílias, mesmo mantendo ‘ipsis verbis’ os valores dos dois últimos anos”.

“A doença é outra porque, para além

da covid-19, temos esta guerra que proporciona este escalar de preços e uma inflação enorme, e o antibiótico que é aplicado para outra doença é o mesmo dos anos anteriores”, sublinhou Luís Tão.

Para ajudar as famílias, o PSD propôs a redução da taxa de IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis) de 0,39% para 0,375% e a devolução de 1,5% de IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), salientando que, no seu somatório, permitiria “devolver um milhão de euros” às famílias e promover “um alívio da asfixia financeira” com que muitos se confrontam.

A proposta dos vereadores sociais-democratas foi rejeitada na última reunião de câmara.


Luís Tão disse que nove dos 14 mu-

nicipios do distrito de Vila Real aplicam a taxa mínima de IMI e que, no país, são já 171 os concelhos que fazem uma devolução, variável, de IRS.

“Há uma estratégia clara do PS de apostar no empobrecimento do nosso concelho”, afirmou Nataniel Araújo, também vereador do PSD.

Os sociais-democratas criticaram a discussão do pacote fiscal “desenquadrada” com a opção das Grandes Opções do Plano (GOP) para 2023 e orçamento.

Nataniel Araújo disse “ainda haver margem para que o PS venha a aprovar as propostas que o PSD responsabilmente apresenta por altura da discussão das GOP, que terminará no final do mês”.



ORÇAMENTO DOS AÇORES RESPONDE A QUESTÕES “PREMENTES” DA AGRICULTURA

O Presidente da bancada parlamentar do PSD/Açores João Bruto da Costa afirmou, dia 17, que o Orçamento da Região para 2023 “dá resposta a questões mais prementes do presente, preparando o caminho para as incertezas do futuro no setor agrícola”.

O líder parlamentar social-democrata da Assembleia Legislativa dos Açores falava à saída de reunião com o presidente da Federação Agrícola dos Açores, acompanhado dos deputados Alberto Ponte, António Vasco Viveiros, Délia Melo, Marco Costa e Vitória Pereira, no Campo de Santana, em Rabo de Peixe, ilha de São Miguel.

Em cima da mesa esteve a análise ao Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2023 (ORAA 2023).

Em primeiro lugar, João Bruto da Costa destacou a forma como o Governo da Coligação – PSD, CD-S-PP e PPM – “tem protegido os agricultores açorianos face à crise internacional nos combustíveis, com o gasóleo agrícola mais barato 41 cêntimos em relação ao continente”.



“Quer dizer que um agricultor, quando vai atestar o seu trator com capacidade de 200 litros de gasóleo, poupa mais de 80 euros face um agricultor do continente”, salientou o presidente da bancada parlamentar do PSD/Açores.

Presentemente nos Açores o valor do gasóleo agrícola pauta-se por 1,099 euros por litro, enquanto no continente ascende a 1,519 euros por litro.

“Ou seja, estes números desmentem as falsidades do Partido Socialista e comprovam que este Governo Regional está a proteger as empresas e as famílias dos Açores dos efeitos da crise internacional a que se assiste”, apontou João Bruto da Costa.

Por seu lado, o ORAA 2023 “assenta num plano realista e focado na

efetiva execução orçamental, ao contrário do que sucedia com os Governos do PS”, disse.

O Plano de Orçamento para 2023 prevê 107,8 milhões de euros na Economia Rural, distribuído por três setores distintos: Investigação, inovação, capacitação e competitividade; desenvolvimento sustentável e biodiversidade; infraestruturas de apoio ao setor produtivo.

Trata-se de uma proposta que “permitirá uma reestruturação do setor apostado na inovação e na qualificação de forma transversal, passando pelos setores dos laticínios, da indústria agroalimentar, floresta, bovinicultura, culminando com o bem-estar animal, de modo consolidado e sustentável”, realçou.

João Bruto da Costa salientou também a “aposta na formação e qua-

lificação dos produtores, na certificação de produtos, na informação agrária, no plano de desenvolvimento de uma rede de monitorização agrícola, tendo em conta a transição digital, com abordagem centrada na economia circular”.

Para o líder parlamentar social-democrata, “a grande novidade vai para a criação do Observatório Agroalimentar que fará a mediação dos preços nos setores dos laticínios, da carne e produtos hortícolas, conferindo assim maior transparência não só junto dos produtores como dos próprios consumidores”.

Em suma, “é um Plano e Orçamento para 2023 que chega a todos os produtores agrícolas, algo que o Partido Socialista nunca conseguiu executar”, terminou João Bruto da Costa.

AÇORES COM 3,7 MILHÕES DE EUROS PARA REDUÇÃO DE ESPERA CIRÚRGICA

O secretário regional da Saúde dos Açores comprometeu-se a “reduzir a espera”, destacando a dotação de 3,7 milhões de euros do programa para a realização de cirurgias nos hospitais regionais em horário extraordinário.

Numa intervenção no plenário da Assembleia Legislativa Regional sobre o Plano e Orçamento para 2023, que decorreu na Horta, Clélio Menezes indicou a intenção do executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM em “continuar a reduzir as listas e os tempos de espera para acesso a cuidados de saúde, quer sejam cirurgias, no programa Cirurge, bem como com o Vale Saúde, o Cheque Saúde e o reforço da produtividade”.

A isto, disse, soma-se “a ação da entidade gestora do doente em espera, que iniciará funções brevemente”.

“Queremos concretizar estas propostas com a mesma determinação com que reduzimos, em mais de dois mil, o número de açorianos em lista de espera, mas, mais relevante, com que reduzimos em 153 dias o

tempo médio de espera para uma cirurgia”, salientou, dizendo que, no tempo da governação socialista, o tempo de espera era de 520 dias.

Além disso, continuou, o governo está ainda “a avaliar a implementação do rastreio do cancro do pulmão, de forma a alargar a intervenção preventiva que tem sido e está a ser desenvolvida pelo Centro de Oncologia dos Açores, que também vai iniciar o rastreio da retinopatia diabética”.

“Pretendemos contratar mais profissionais de saúde, aumentando em 50% o montante relativo a incentivos à fixação de médicos e enfermeiros”, notou, garantindo que “os açorianos vão ter acesso a mais cuidados de saúde”, ao passo que os que residem nas ilhas sem hospital “terão mais consultas e exa-

mes sem terem de se deslocar”.

“Asseguramos a concretização desse objetivo com a mesma capacidade de quem já fez com que em 2021, em plena pandemia [de covid-19], tivessem sido realizadas 11.244 de tais consultas [nas ilhas sem hospital], mais 4.503 do que em 2020, mais 1.181 do que em 2019 e 1.371 do que em 2018”, afirmou.

O secretário regional disse, também, que vão ser iniciados “os procedimentos para obras nos centros de saúde da Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e Povoação”.

Por outro lado, já foram identificados terrenos e elaborados “programas preliminares para as unidades de saúde da Maia e do Livramento”, enquanto a obra no centro de Saúde do Corvo “já está adjudicada” e,

ES O DE LISTA

zizar as listas e tempos
uma Cirurge, para
nário.

em janeiro, começa a empreitada no centro de Saúde do Nordeste, referiu.

Ainda segundo Clélio Meneses, vai também ser lançado “novo concurso para as obras do hospital da Horta”, para somar à empreitada que começou hoje no hospital de Ponta Delgada.

“Investiremos na aquisição de equipamentos que modernizarão e agilizarão as respostas em saúde, através da sua digitalização e da tele saúde, com o mesmo rigor e capacidade que fez com que já estejam investidos 6,5 milhões de euros e, no primeiro trimestre de 2023, sejam investidos mais 3,5 milhões de euros”, prometeu.

Tal permitirá “a facilitação do acesso por parte de profissionais

e utentes e a interoperabilidade de sistemas que tanta falta faz e tão significativo impacto tem na vida dos açorianos”, acrescentou o secretário regional.

“Vamos sair de um sistema que assenta nos Serviços de Urgência como resposta aos cidadãos, em que a maioria dos cuidados que ali são solicitados e prestados não correspondem efetivamente a urgências”, defendeu.

Quanto à Proteção Civil, o governante adiantou que vão ser aumentados “os valores de protocolos e apoios relativamente às associações de bombeiros”, sendo que os transportes terrestres de emergência têm, “de 2020 para 2023, um crescimento de 33%, no montante de 1,4 milhões de euros”.

Governo dos Açores garante as “melhores soluções” para os Institutos Hospitaleiros

O executivo açoriano garantiu estar “a desenvolver trabalho específico” para encontrar as “melhores e mais convenientes soluções” que permitam resolver “o enorme constrangimento financeiro” dos Institutos Hospitaleiros por “falta de transferências de verbas do Governo anterior” socialista.

Os Institutos Hospitaleiros anunciaram, dia 20, estar a ponderar suspender os acordos de psiquiatria nos Açores, alegando “ausência de financiamento regional” para fazer face aos atuais custos de funcionamento.

Numa nota de imprensa, publicada na página da internet do Governo dos Açores, o secretário regional da Saúde e Desporto, Clélio Meneses, sublinha que, desde que tomou posse, o executivo “encetou contactos com os institutos hospitaleiros na Terceira e em São Miguel, no sentido de perceber a realidade e estabelecer diálogo para resolver dificuldades”.

Segundo o titular pela pasta da Saúde dos Açores, do primeiro contacto com estas instituições, “ficou claro um enorme constrangimento financeiro, por falta de transferências de verbas do Governo anterior”, bem como “pela falta da atualização de diárias entre 2008 e 2020”.

Na nota de imprensa, o Governo Regional lembra que em 2021 o atual executivo regional “amortizou dívida e atualizou em 12% as diárias, que passaram de 37,50 euros para 42 euros”.

“O Governo Regional dos Açores está a desenvolver trabalho específico neste âmbito, apurando as melhores e mais convenientes soluções, para resolver uma herança pesada e inexplicável”, lê-se na nota de imprensa.

O secretário regional da Saúde, citada na mesma nota, sublinha ainda que a “saúde mental é uma das prioridades no atual mandato, e mereceu a elaboração de um Programa Regional”, que já está em vigor.

O governante assegura que “mantém em aberto o diálogo” com os institutos hospitaleiros, tendo manifestado já “aos representantes dos institutos, toda a disponibilidade para um trabalho conjunto”, para que sejam encontrados “consensos, no âmbito da responsabilidade das partes”.

Os Institutos Hospitaleiros possuem atualmente 621 camas de internamento nos Açores, o que corresponde “a 97% do total da capacidade de internamento do Serviço Regional de Saúde”, para a especialidade de psiquiatria e saúde mental, segundo indicam. Os Institutos Hospitaleiros reivindicam do Governo Regional “uma aproximação” aos valores que são praticados no continente e Madeira em relação às diárias dos utentes internados nas instituições. Alegam ainda que os valores do aumento da diária, desde 2021, “são manifestamente insuficientes para as necessidades atuais” dos Institutos Hospitaleiros.

ANGRA DO HEROÍSMO

PSD QUER CRECHES E JARDIM-DE-INFÂNCIA EM EDIFÍCIOS ESCOLARES ENCERRADOS

O PSD/Angra do Heroísmo anunciou que vai propor, em Assembleia Municipal, a criação de creches e jardins-de-infância, em regime de projeto-piloto, nos edifícios escolares encerrados em várias freguesias do concelho, “rentabilizando-os e promovendo a fixação de pessoas e famílias nas localidades mais distantes do centro urbano”.

Segundo a concelha presidida por Paulo Gomes, “essas serão valências municipais, em colaboração com instituições locais, avaliando a viabilidade dos diferentes edifícios e um eventual alargamento a outras áreas, sempre para fixar pessoas e assegurar uma maior coesão territorial”.

Visando o orçamento da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2023, aquela estrutura partidária pretende ver incluídas propostas para investir “em obras de beneficiação e pavimentação da rede viária municipal, a criação de um centro empresarial na área agroalimentar a alocar na zona sudeste do concelho – no eixo Ribeirinha-São Sebastião -, para reforçar a manutenção e limpeza dos espaços verdes e caminhos municipais, e ainda a construção de um pavilhão desportivo em São Mateus da Calheta, conforme consta nos manifestos eleitorais de Álamo Meneses desde 2013 até hoje”, revelaram.

Os social-democratas angrenses realçam que a autarquia “vai contar com mais receita e com menos despesa, sem que apresente uma conclusão de projetos relevantes para o desenvolvimento do concelho, como o Mercado Municipal Duque de Bragança, que se arrasta há décadas e que é da responsabilidade de Álamo Meneses nos últimos nove anos; como a Central de



Camionagem e consequente reordenamento do trânsito; a Remodelação do Sistema de Drenagem de Águas Residuais da Cidade de Angra do Heroísmo, nomeadamente a aquisição de plataforma elevatória de resíduos junto à Marina de Angra; ou a requalificação do Teatro Angrense, para citar apenas alguns exemplos”, disseram, em nota de imprensa.

Numa atitude “de oposição construtiva e consequente, mesmo se

o Presidente da Câmara Municipal disse, intempestivamente, em Assembleia Municipal, que não pretende implementar medidas de mitigação da inflação”, o PSD de Angra do Heroísmo reconhece “o esforço camarário para atenuar a crise inflacionária junto das famílias do concelho, ao não aumentar os preços das taxas de água, resíduos e saneamento, e assumindo esse diferencial de cerca de 2 milhões de euros”, concluíram.



GOVERNO DA MADEIRA PREVÊ INVESTIMENTO GLOBAL DE 775,1 MILHÕES DE EUROS EM 2023

O Plano de Investimentos do Governo da Madeira (PSD/CDS-PP) para 2023 prevê 298,1 milhões de euros de apoio às cadeias de valor regional, indicou o secretário das Finanças, sublinhando que o investimento global será de 775,1 milhões de euros.

De acordo com Rogério Gouveia, 56% do financiamento do Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Madeira para 2023 (PIDDAR 2023) é regional, 35,7% comunitário, incluindo verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e 7,9% nacional.

“Mais uma vez, o financiamento nacional é o que menos pesa”, disse o governante madeirense, na conferência de imprensa de apresentação das propostas do Orçamento da região para 2023, no valor de 2.071 milhões de euros (ME), e do PIDDAR, no Funchal.

Do total de 775,1 ME previstos para investimento no próximo ano, 298,1

ME serão canalizados para apoio às cadeias de valor regional, 206,9 ME para estímulo à recuperação e resiliência, 141,7 ME para o emprego e inclusão social, 57,9 ME para ação climática, mobilidade e energia sustentáveis, 41,8 ME para a qualificação de competências e 28,6 ME para o setor da inovação e conhecimento.

Na repartição do investimento por departamento, a Secretaria Regional de Equipamento e Infraestruturas recebe a maior fatia (40,5%), ao passo que a Secretaria Regional do Mar e Pescas fica com a menor (0,6%).

O Plano de Investimentos canaliza 16,6% da verba para a Secretaria da

Economia, seguindo-se a Secretaria da Saúde e Proteção Civil (10,3%), Inclusão e Cidadania (8,1%), Educação, Ciência e Tecnologia (7,6%), Finanças (6,2%), Turismo e Cultura (4,1%), Agricultura e Desenvolvimento Rural (3,9%) e Ambiente, Recursos Naturais e Alterações Climáticas (2,2%).

Ao nível do Plano de Recuperação e Resiliência estão previstos investimentos na ordem dos 189,2 milhões de euros.

As propostas do Orçamento e do PIDDAR para 2023 vão ser discutidas e votadas na Assembleia Legislativa da Madeira entre 12 e 15 de dezembro.

Saúde e Educação totalizam 855 milhões de euros das verbas do Orçamento regional

As despesas previstas no Orçamento da Madeira para 2023 em saúde e educação totalizam 855 milhões de euros, o que corresponde a mais de 40% do valor total do documento (2.071 milhões de euros).

Segundo os dados apresentados por Rogério Gouveia, a Madeira prevê gastar no próximo ano 544,6 milhões de euros em serviços gerais das administrações públicas, 442,9 milhões de euros em saúde, 412,4 milhões de euros em educação e 378,8 milhões de euros em assuntos económicos.

O Governo da Madeira vai também investir 157,9 milhões de euros em matéria de habitação e infraestruturas coletivas, assim como nas áreas da segurança e ordem pública (12,6 milhões de euros), da proteção do ambiente (26,4 milhões de euros), desporto, recreação, cultura e religião (46,1 ME) e proteção social (49,3 milhões de euros).

Por outro lado, de acordo com a informação apresentada, mais de metade do ORAM para o próximo ano (51%) provém de impostos diretos e indiretos (1.056,3 milhões de euros).

As restantes receitas dizem respeito a transferências, designadamente do Orçamento do Estado, da União Europeia e outras (397,3 milhões de euros), a passivos financeiros (384,9 milhões de euros) e outras receitas (232,5 milhões de euros).

As propostas do Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira (PIDDAR), no valor de 775 milhões de euros, e do Orçamento Regional para 2023, no valor de 2.071 milhões de euros, foram entregues ao Presidente da Assembleia Legislativa, José Manuel Rodrigues.

99 milhões de euros para apoio às empresas

O Orçamento da Madeira para 2023, no valor global de 2.071 milhões de euros, vai canalizar 99 milhões para apoio às empresas, à economia e à inovação, anunciou o secretário regional das Finanças, Rogério Gouveia.

O governante madeirense especificou que 57,4 milhões de euros se destinam a programas e sistemas de incentivo de apoio às empresas e 13,1 milhões de euros serão canalizados para a Associação de Promoção da Madeira, entidade responsável pela divulgação do destino nos mercados interno e internacional.

Os números foram revelados na conferência de imprensa de apresentação das propostas do Orçamento e do Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Madeira (PIDDAR) para 2023, no Funchal.

Entre as principais medidas ao nível do setor empresarial, consta uma verba de 7,7 milhões de euros para programas potenciadores de atividades de investigação e desenvolvimento e divulgação artística, bem como sete milhões de euros de apoios ao setor primário para valorização da produção e escoamento de produtos e um milhão de euros para a renovação da frota pesqueira do peixe-espada preto.

Na saúde, proteção civil e apoio social, o executivo madeirense prevê um total de 59,9 milhões de euros para várias medidas, entre as quais a requalificação da rede ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas) e de apoio a pessoas sem-abrigo (22,9 milhões de euros), a expansão e manutenção da Rede de Cuidados Continuados (15,4 milhões de euros), o programa de recuperação de cirurgias (9 milhões de euros) e a manutenção do meio aé-

reo de combate a incêndios florestais (4,1 milhões de euros).

O Orçamento da Madeira para 2023 prevê ainda 41,6 milhões de euros para apoio às famílias através de várias medidas, como incentivos ao emprego (21 milhões de euros), digitalização na educação e manuais gratuitos (10,3 ME), apoio às famílias com crianças em creches e jardins-de-infância (4,9 ME), apoio à aquisição e arrendamento de habitação (2,1 milhões de euros).

Estão também inscritos um milhão de euros para atribuição de garrafa de gás solidária às famílias mais carenciadas e 700 mil euros para a criação de uma reserva estratégica de cereais, para fazer face as dificuldades de fornecimento decorrentes da guerra na Ucrânia.

O Governo da Madeira reserva, por outro lado, 37,7 milhões de euros para os setores da mobilidade e sustentabilidade ambiental, dos quais 9,6 milhões de euros serão canalizados para projetos de eficiência energética em edifícios de habitação, 8 milhões de euros para financiar a política de redução do valor dos passes sociais, 5 milhões de euros para apoio nas viagens aéreas dos estudantes, 6,4 ME para a gestão florestal e áreas protegidas.

Ainda no campo da mobilidade e sustentabilidade, o Orçamento prevê dois milhões de euros para apoio às ligações aérea e marítima entre as ilhas da Madeira e Porto Santo, 1,5 milhões de euros de incentivos à aquisição de veículos elétricos, um milhão de euros de apoios aos transportes públicos de passageiros e mercadorias e 4,2 milhões de euros para projetos de defesa ambiental, economia circular, resíduos e recursos hídricos.



SEIS EM CADA SETE FAMÍLIAS MADEIRENSES TÊM REDUÇÃO DE 30% NO IRS EM 2023

O Grupo Parlamentar do PSD destaca a nova redução em sede de IRS, prevista no Orçamento da Região de 2023, que vem dar continuidade à política que tem vindo a ser prosseguida pelo Governo Regional desde 2015.

Trata-se da aplicação do diferencial de 30%, o máximo permitido na Região, aos 3º e 4º escalões do IRS, à semelhança do que já tinha acontecido para o 2ª e 2ª escalões, conforme explicou o deputado Carlos Rodrigues, numa iniciativa realizada junto ao Palácio do Governo.

“Com essa redução, cerca de 86% dos agregados familiares madeirenses ficam cobertos pelo benefício máximo que o Governo Regional pode atribuir”, afirmou, realçando que, tal significa que, logo de imediato, ou seja, a partir de 2023, haverá um aumento da liquidez das famílias, em termos médios, de 540 euros, por agregado familiar.

Contrariando a narrativa difundida pela oposição, Carlos Rodrigues revela que seis em cada sete famílias da Madeira está abrangida pela taxa mínima, em termos de IRS, que pode ser aplicada na Região. Em termos globais, referiu, teremos um aumento de liquidez das famílias madeirenses em cerca de 65 milhões de euros.

Para o deputado, esta realidade traduz aquela que é a política deste Governo de não distribuir indiscriminadamente e sem critério este tipo de benefícios. “Há que fazer um equilíbrio entre a justiça e o rigor das contas regionais e aquilo que se pode dar em termos de ajuda às famílias”,

sublinhou, garantindo que esse equilíbrio tem vindo a ser conseguido, paulatinamente, desde 2015.

Carlos Rodrigues lembrou, ainda, que o Governo Regional procurou abranger aqueles que têm rendimentos menores, sendo que todos os contribuintes até ao 4º escalão beneficiam da redução máxima. Recorda, no entanto, que o IRS é um imposto progressivo, pelo que todos os agregados acabam por beneficiar.

Setor das tecnológicas vai ultrapassar turismo em cinco anos

O Governo da Madeira antevê que o volume de faturação das empresas tecnológicas ultrapasse o turismo, atualmente o principal setor da região, dentro de cinco anos.

“A nossa ideia é que o volume de faturação das tecnológicas ultrapasse o nosso principal setor, que é o turismo, dentro de cinco anos, e penso que vamos fazê-lo antes”, disse Miguel Albuquerque, à margem de uma visita a uma empresa tecnológica com sede nas instalações da Startup Madeira, no Funchal.

O Presidente do Governo Regional referiu que, segundo os últimos dados de que dispõe, as empresas tec-



nológicas madeirenses registam um volume de negócios superior a 309 milhões de euros, sendo possível que já ultrapassem atualmente os 350 milhões.

“Neste momento, a Madeira tem todas as condições para continuar a ser muito atrativa para as empresas tecnológicas”, considerou, argumentando que a região “tem um conjunto de variantes que são muito atrativas para os investidores: qualidade de vida, um bom sistema de saúde, segurança, boas ligações digitais e um regime fiscal que é apelativo”.

“Portanto, se olharmos para estas cinco condições de atratividade, são muito importantes para sediar aqui

as empresas”, reforçou Miguel Albuquerque.

O chefe do executivo madeirense defendeu que atualmente a atratividade fiscal não é suficiente para atrair as empresas “porque sobretudo empresários das novas tecnologias pensam num conjunto de fatores que estão relacionados com a qualidade de vida que podem ter com as respetivas famílias”.

Povo livre

PSD PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Director: Pedro Roseta

Número 254
30 Maio 1979
Preço: 7550
Sai às
Quartas-feiras

SÁ CARNEIRO AOS TRABALHADORES SOCIAIS-DEMOCRATAS

O PS mantém a ambiguidade face ao PC



- Leia na página 2 as conclusões do II Encontro dos Trabalhadores Sociais-Democratas da Área Metropolitana de Lisboa

UGT desafia INTER
Importantes moções aprovadas, no decorrer do Conselho Geral da UGT reunido em Lisboa no sábado passado

PAGINA 4

Regiões Autónomas dos Açores e Madeira estreitam laços de cooperação

PAGINA 16

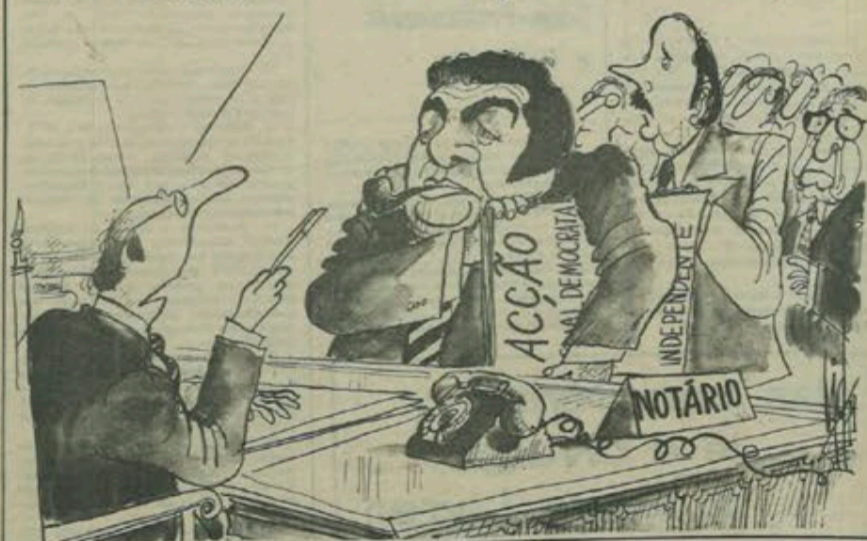
ACÇÃO EM BRAGANÇA

PAGINA 3

Encontro Nacional da Indústria de Mármore e Granitos

PAGINA 4

OS SENHORES DESCULPEM, MAS O QUE É QUE OS LEVA A PENSAR QUE FIZERAM UMA BOA ACÇÃO?



EDIÇÃO N.º 254 do "Povo Livre" | de 30 de maio de 1979

"Sá Carneiro aos Trabalhadores Social-Democratas - O PS mantém a ambiguidade face ao PC".

Realizava-se no Hotel Altis, no dia 26 de maio de 1979, o II Encontro dos TSD da Área Metropolitana de Lisboa, promovido pela Comissão Política Distrital da AML, que procurava enaltecer a ação dos núcleos e secções socioprofissionais do PSD na implantação da social-democracia junto dos meios laborais e nas vitórias do sindicalismo democrático e reformista.

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e Regulamentos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada para o próximo **dia 30 de novembro (quarta-feira) de 2022, pelas 21H00** na Sede, sita na Rua da Liberdade nº 38-A em Almada com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Análise da Situação Política.

ÍLHAVO

Ao abrigo dos termos do Artigo 54º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Ílhavo, em sessão ordinária, que terá lugar no próximo **dia 10 de dezembro (sábado) de 2022 pelas 15H00**, no Salão Nobre da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Plano de Atividades e Orçamento, ano 2023 PSD Ílhavo;
3. Análise da situação político-partidária local e nacional;
4. Outros assuntos.

LAGOA

Ao abrigo dos art.º 53º e 69º Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lagoa (Algarve) para reunião no próximo **dia 9 de dezembro (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00**, na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua Joaquim Eugénio Júdice, em Lagoa com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise e deliberação do orçamento e contas anuais da Secção;
2. Análise da situação político partidária local, distrital e nacional;
3. Informações e outros assuntos.

OLHÃO

Ao abrigo dos art.º nº 53.º e 54.º, dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia Plenária de Militantes da Secção Concelhia de Olhão, para reunir no **dia 13 de dezembro (terça-feira) de 2022, pelas 21H15**, na Biblioteca da União de Freguesias de Moncarapacho e Fusetas, sita na R. da Liberdade lote A, Fusetas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e votação do Plano de Atividades para o ano 2023;
2. Análise da situação político-partidária, local, regional e nacional;
3. Outros assuntos.

SERTÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sertã, para reunir no próximo **dia 14 de janeiro (sábado) de 2022, pelas 14H00**, na Sede sita na Rua de Celinda, nº27 – sertã com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou quem estatutariamente o possa substituir na Sede do PSD da Sertã até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas de voto estão abertas das 14H00 às 20H00.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

CONSELHO DISTRITAL DE BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, do Regulamento Nacional dos Congressos e Conselhos Distritais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Braga, para reunir no próximo dia 03 de Dezembro de 2022, pelas 17h00m, no Auditório Conde Ferreira, sito em Av. Lopes de Almeida, 4720-118 Amares, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política;
- 2 - Aprovação do Regulamento de Requisitos de material;
- 3 - Outros assuntos de interesse.

CONSELHO DISTRITAL DE VISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se, Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Viseu, para reunir no próximo dia 3 de Dezembro de 2022 (sábado), pelas 16:00, na Junta de Freguesia de Carregal do Sal que sita na Rua São João de Deus nº27 3430-055 Carregal do Sal, no concelho de Carregal do Sal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 - Análise da Situação Política Atual;
- 3 - Ponto de situação dos processos eleitorais concelhios;
- 4 - Balanço da Volta Nacional "Sentir Portugal";
- 5 - Outros assuntos.

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia da Guarda para o Plenário Concelhio da JSD Guarda, a realizar-se no dia 17 de Dezembro de 2022, pelas 16h00, na sede do PSD da Guarda, na Rua Marquês de Pombal, 3 - 2º com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Discussão da actividade política local e nacional;
- 2 – Outros assuntos.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Oliveira do Bairro para Plenário a realizar no próximo dia 1 de Dezembro de 2022, pelas 17h00, na Sede do PSD, sita na Rua do Foral, nº168 - 1º, 3770-218, em Oliveira do Bairro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política;
- 2 – Outros assuntos de interesse.



Convocatória

De acordo com o n.º 2 do art.º 43 dos estatutos, convoco a **Assembleia Distrital dos TSD** para reunir, em reunião extraordinária, na **Sede dos TSD** sito na Avenida da Europa, Edf. Encostas do Rio, entrada 7, 2º andar, na cidade de Vila Real, no **dia 21 de dezembro de 2022** (quarta-feira), das **19:00 horas às 20:30 horas**, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1. Eleição dos delegados dos TSD à Assembleia Distrital do PSD/Vila Real (alínea g do art.º 44 dos estatutos)

Vila Real, 16 de novembro de 2022

O Presidente da Mesa da
Assembleia Distrital dos TSD/Vila Real

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'A. Garcia', is written over a horizontal line.